

DO PORTO PARA O BRASIL:
A OUTRA FACE DA EMIGRAÇÃO OITOCENTISTA
À LUZ DA IMPRENSA PORTUENSE*

Por Maria Antonieta Cruz

A emigração é um fenómeno que tem acompanhado a nossa história de forma permanente. Variaram os destinos, a intensidade dos fluxos humanos, as motivações, as condições encontradas e também os resultados obtidos.

O Brasil foi, para a maioria dos emigrantes portugueses o sonho de um futuro melhor. Apenas na década de 60 do nosso século, os nossos compatriotas optariam preferencialmente pelos países industrializados da Europa Ocidental que lhes ofereciam novas e maiores oportunidades de sucesso¹.

* Conferência proferida no Congresso «O Porto na Época Contemporânea», Porto, 1989.

¹ Conforme, entre outros:

ARROTEIA, Jorge Carvalho — Atlas da Emigração Portuguesa, Porto, Secretaria de Estado da Emigração, 1985, p. 25.

FERREIRA, Eduardo Sousa — Origens e Formas de Emigração, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, pp. 48-50.

SANTOS, Maria Helena Carvalho — Emigração uma Constante da Vida Portuguesa, Lisboa, Cadernos F.A.O.J., Série A, n.º 11, 1978, pp. 38-39.

BONILHA, José Fernando Martins — A Contribuição Minhota no Contexto da Emigração Portuguesa para o Brasil, Bracara Augusta, vol. XXXIII, 1979, pp. 334-335.

A emigração tem, na realidade, permitido amíúde uma melhoria substancial da condição económica, quiçá social, quase nunca cultural, daqueles que a escolheram. Porém muitos portugueses da segunda metade de oitocentos, acordaram do sonho brasileiro envoltos em negrumes de pesadelo.

De facto, no período apontado, as condições oferecidas no Brasil aos trabalhadores estrangeiros alteraram-se substancialmente, sobretudo para aqueles que se destinavam ao trabalho agrário.

Com efeito, esta antiga colónia, que baseara toda a sua economia na mão de obra escrava, encetara a 4 de Setembro de 1850, com a aprovação do decreto imperial 584, que estabeleceu as normas definitivas para a repressão do comércio de escravos, um longo e difícil percurso que levaria à abolição da escravatura em 13 de Maio de 1888 (Lei Áurea). Necessitava, por isso, e para fazer face ao previsível êxodo dos libertados, de trabalhadores assalariados. Iniciou-se, assim, uma política de captação de braços europeus na qual participaram o governo imperial, os governos federais, as associações de colonização, os grandes proprietários brasileiros, os donos e capitães de navios, todos servidos por uma grande e eficaz rede de engajadores.

A ligação dos portugueses ao Brasil era muito forte e, como é óbvio, muitos dos nossos compatriotas corresponderam ao apelo oficial ou privado.

A maioria iria substituir o trabalho escravo e viver uma situação repleta de dificuldades e de perigos, o que não podia deixar de gerar preocupações em sectores diversos da sociedade portuguesa. Assim governo, diplomatas, imprensa e cidadãos em geral, tentaram, cada um a seu modo, e rodeados de circunstancialismos diversos, intervir numa realidade cada vez mais aviltante para esses nossos emigrantes.

A imprensa portuense, de que podem ser exemplo dois jornais que analisamos, detalhadamente, ao longo de vários anos (1859/1875) — «Jornal do Porto»² e «Comércio do Porto»³ — reflectiu bem a inquietação que geravam em Portugal as notícias chegadas do outro lado do Atlântico.

Na realidade o Brasil tinha um lugar privilegiado nestes jornais

² O «Jornal do Porto» foi fundado em 1 de Março de 1859.

³ O «Comércio do Porto» apareceu em 2 de Junho de 1854. Inicialmente tri-semanário passa a diário em 1855 ainda com o seu título inicial — «O Comércio», que perdurará até Janeiro de 1856, momento em que passará a chamar-se «O Comércio do Porto».

A Associação Comercial do Porto considerava, em finais do século XIX, este jornal como o seu «periódico official» — conforme Letter Book P3(1) da A.C.P. pp. 33, 34, 11 de Abril de 1890.

onde tudo o que ocorria na antiga colónia era objecto de interesse⁴. Registos de contratos sociais no Tribunal de Contas; portugueses falecidos no Brasil (quase sempre com indicação de *nome, idade e estado civil*); listas pormenorizadas do movimento de mercadorias entre os dois países; mercado monetário; cotação de produtos no mercado brasileiro; portugueses chegados da ex-colónia (por vezes com indicação nominal); anúncios de partidas de barcos com destino a terras de Santa Cruz; noticiário que envolvia referências à acção governamental, à carestia da vida, aos efeitos das epidemias, às representações teatrais, etc.; são alguns dos temas quase sempre incluídos nestes jornais.

Também a *emigração-insucesso*, e as condições degradantes em que ela se efectuava, parecem ter empolgado os jornalistas durante a segunda metade do século XIX.

O tema não foi, ao longo do período que estudamos, objecto de interesse uniforme, tendo-lhe sido dado, a nosso ver, no «Jornal do Porto» um tratamento mais continuado. Quanto ao «O Comércio do Porto» em 2 de Julho de 1859 afirmava que «os colonos que d'ahi veem, trocam uma situação menos prospera por uma situação infeliz; uma vida sugeita, captiva mesmo» e dava conta do interesse e polémicas que o assunto ocasionava no Brasil⁵. Seguir-se-á um período de mera e esporádica referência ao tema sem grande desenvolvimento⁶. Só a partir de Maio de 1861 este periódico inicia a divulgação, sistemática e desenvolvida, dos graves problemas que envolveram a emigração de portugueses pobres para o Brasil. Nesta data é divulgada pelo referido periódico a grande polémica existentes em Terras de Santa Cruz, e que envolvia a actuação do então cônsul-geral de Portugal, Barão de Moreira, muito contestado pelos portugueses residentes no Rio de Janeiro e mesmo pelos próprios brasileiros⁷.

O jornal passou então a incluir nas suas páginas depoimentos diversos e empolgados pró e contra a actuação do referido cônsul, acusado de ocultar, e mesmo de participar, na chamada «escravatura

⁴ «O Comércio do Porto» a partir de 1 de Julho de 1859 passou a incluir uma coluna «Notícias do Brasil» do seu correspondente no Rio de Janeiro.

O «Jornal do Porto» inicialmente recebia notícias das diferentes regiões: Pará, Manaus, Pernambuco, Rio de Janeiro, Pariába, Maranhão, etc. que incluía na rubrica «Correspondência». Posteriormente terá também o seu próprio correspondente.

⁵ Cf. o «Comércio do Porto» de 2 de Julho de 1859.

⁶ Veja-se, por exemplo o «Comércio do Porto» de 3 de Fevereiro de 1860 de 20 de Fevereiro de 1860; de 3 de março de 1860; de 19 de Janeiro de 1860.

⁷ Já em 4 de Janeiro de 1860 o correspondente do jornal, referindo-se à actuação do Cônsul Geral de Portugal no Brasil (Barão de Moreira), afirmava: «...não se afadiga muito com os interesses da sua nação.»

branca», isto é, na exploração desumana e cruel dos emigrantes europeus pobres e chegados ao Brasil para trabalharem nas fazendas em serviços rurais.

Nestes artigos de «O Comércio do Porto» podemos encontrar referências pormenorizadas da situação vivida pelos portugueses, sobretudo os agricultores.

Também o «Jornal do Porto» afirmava em 1860 que as riquezas que vinham para Portugal eram «ganhas no comércio ou em alguma indústria e não no trabalho das roças». Insurgia-se ainda contra o vice-cônsul brasileiro que teria afirmado que só «os mal morigerados e os preguiçosos» seriam infelizes no Brasil»⁸. A realidade, porém, era bem diferente.

De facto os dois jornais portuenses em análise, deram a conhecer aos seus leitores a forma despidorada e desapiedada como os engajadores incitavam à saída de muitos dos trabalhadores portugueses. Ao serviço dos interesses brasileiros, os agentes da «escravatura branca» corriam o país e iludiam as pessoas pobres e analfabetas com sonhos de riqueza.

Depois de obtido um empréstimo para a passagem, ou de vendidas as poucas terras que possuíam, ou, na maioria dos casos, de terem assumido um compromisso de dívida face às empresas contratadoras dos seus serviços, ou mesmo perante o capitão do navio que os transportava, os nossos emigrantes eram transportados às centenas para os barcos que, sobretudo saídos desta cidade, os conduziam aos diversos portos brasileiros onde eram abandonados à sua sorte incerta ou pressionados a partirem para fazendas rurais mais ou menos longínquas.

A dureza das condições vitais a bordo das embarcações que durante décadas cruzaram o Atlântico levando para o Brasil esperançados portugueses, foram objecto de frequentes e vigorosos artigos nestes dois periódicos.

A agressividade de que se revestem essas descrições é, certamente, indício seguro da preocupação que grassava em Portugal face a tão degradante situação. Vários destes artigos eram enviados por correspondentes dos jornais no Brasil e demonstram, com evidência, os receios dos portugueses radicados na antiga colónia.

Mal alimentados, acomodados como animais num reduzido espaço, onde grassava a sujidade, o calor e os maus cheiros, escondidos nos porões à chegada ao Rio de Janeiro, para evitar a intervenção das autoridades consulares que reprimiam a emigração clandestina e os contratos de locação de serviços que infringissem a legislação portuguesa

⁸ Conforme «Jornal do Porto» n.º 5 de 1860.

em vigor, os nossos compatriotas teriam ainda de enfrentar no Brasil os surtos epidêmicos, sobretudo de febre amarela, que tantos portugueses dizimaram.

Apesar de debilitados pelas condições de viagem e pela alteração climática, e perante a ausência de clarividência de muitos fazendeiros, eram obrigados a iniciar de imediato o trabalho, sem qualquer período de adaptação. Assim as doenças sucediam-se, quase sempre sem possibilidade de tratamento eficaz.

Os jornais aqui estudados referem ainda, muitas vezes, os contratos de locação de serviços como um dos elementos mais revoltantes da emigração para o Brasil.

De facto, muitos dos que partiam de Portugal faziam-no depois de terem já comprometido os seus braços por vários anos, assinando um contrato de prestação de serviços para uma qualquer fazenda brasileira. Outros chegados ao Brasil em total situação de pobreza, agravada frequentemente pela dívida contraída para pagamento da viagem, eram coagidos a assinar os referidos contratos ou mesmo a aceitá-los verbalmente.

Nestas condições partiam maioritariamente homens, muitos ainda jovens de menos de 14 anos, estes procurando talvez, também, evitar o serviço militar. A profissão anterior era sobretudo a rural. Quase todos eram analfabetos. Iam dedicar-se ao «serviço da agricultura» exceptuando-se, quase sempre, o trabalho da cana-de-açúcar, o mais violento e ao qual com dificuldade os nossos compatriotas sobreviviam escorreitos.

De cláusulas frequentemente vagas estes contratos quase nunca especificavam, com rigor, o horário de trabalho, para alguns fazendeiros assinalado apenas como sendo o estabelecido pelo «costume do país». Quando referido rondava as 9-10 horas o que era excessivo para os europeus pouco ajustados às condições climáticas brasileiras.

Estes emigrantes-agricultores lutariam também com dificuldades de adaptação à alimentação que contratualmente lhes era oferecida, pouco variada e recheada de novos produtos bem diferentes dos consumidos na Europa. A contratação a «seco» apenas era possível na cidade e subúrbios, visto que no interior as grandes dificuldades de aquisição de bens lançavam os emigrantes na dependência do fornecimento do próprio patrão.

Quanto ao alojamento, era muito precário, sem o mínimo de condições de habitabilidade. Na maioria dos casos eram meras sanzalas.

Aproveitando a total ignorância dos contratados, os contratadores e os seus procuradores ofereciam-lhes ordenados bastante inferiores aos praticados no Brasil o que os colocava, à partida, em dificuldades de sobrevivência.

Particularmente lesiva dos direitos dos portugueses era a facilidade

com que os contratadores infringiam as cláusulas dos contratos de que eles próprios eram outorgantes. Verificava-se amiúde uma total impunidade dos fazendeiros, sobretudo porque o seu poder era total em muitas regiões, visto que, as autoridades locais estavam, muitas vezes, concentradas num indivíduo ou numa família.

Os jornais em referência fizeram também apelos sucessivos aos párocos, aos regedores e outras autoridades locais para que elucidassem as populações dos perigos da nova emigração, a «emigração agrícola»⁹. Assumiam, como refere o «jornal do Porto»¹⁰, a defesa do princípio da total liberdade mas entendiam ser sua obrigação o «conselho aos incautos» que corriam ao encontro da escravidão e da morte julgando encontrar a fortuna.

Apelaram ainda para a intervenção do governo português e solicitaram ao governo civil do Porto uma melhor vigilância do cumprimento da nossa legislação que, apesar de lacunar, era, obviamente, mais benéfica para os portugueses que a draconiana lei brasileira de 1837, cujas disposições se opunham aos mais elementares princípios de liberdade e de justiça.

Nas suas páginas não esqueceram a necessidade de uma «convenção da emigração», aparentemente desejada pelos dois países mas sucessivamente adiada e em cujas negociações se espelha bem a ambivalência com que os governos português e brasileiro enfrentaram o problema migratório.

Estes jornais não se coibiram de desmascarar nas suas páginas aqueles que se lhes opunham e expendiam imagens mais favoráveis da emigração portuguesa para o Brasil. Encontravam-lhes os interesses, por vezes mesmo os laços familiares com os fazendeiros, entregando o seu julgamento à opinião pública.

Para tornarem mais credível, quiçá mais desapaixonada, a sua descrição incluíram depoimentos de brasileiros que corroboravam as suas informações.

Lamentaram as crianças abandonadas no Rio de Janeiro, sem que a meritória acção filantrópica desenvolvida na antiga colónia por portugueses bem sucedidos (e de que ainda hoje existem exemplos que os honram), conseguisse evitar que muitas vagueassem pela cidade, sem emprego,

⁹ Oliveira Martins distingue «emigração clássica», fundamentalmente dirigida para a actividade comercial, de «emigração-agrícola». Cf. MARTINS, Oliveira — Fomento Rural e Emigração, Lisboa, Guimarães Editora, 1956, p. 248.

¹⁰ Conforme «Jornal do Porto» n.º 217 de 1860.

dividindo o seu tempo entre a rua e as prisões frequentes¹¹. Denunciaram o engajamento premeditado de jovens mulheres que, muitas vezes, contravontade foram lançadas na prostituição.

A leitura destes dois jornais dá-nos a certeza de que era conhecida com detalhe, a situação gerada pelo novo tipo de emigração, a «emigração agrícola». Estes periódicos deram aos seus leitores uma imagem totalmente coincidente com a que nos fica após investigação atenta da correspondência enviadas pela Legação Portuguesa no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, reforçada ainda por outros elementos de pesquisa, nomeadamente as cópias dos contratos de locação de serviços, que tivemos ocasião de estudar e cujos resultados foram já objecto de publicação¹².

Notemos, a concluir, que existem nesta cidade do Porto, como em muitos outros locais do país, imensos reflexos vivos do êxito e do enriquecimento dos «brasileiros», como depreciativamente ficaram conhecidos os nossos emigrantes no Brasil, bem como da sua acção filantrópica em prol da saúde, da educação, etc. Paralelamente os maltratados

¹¹ Nem todos os articulistas estavam de acordo com a acção desenvolvida por estas associações.

O «Jornal do Porto» de 5 de Janeiro de 1870 (n.º 3) incluía comentários de total repúdio da acção da Caixa de Socorros D. Pedro V. Afirmava que esta possuía «um elevado capital em fundos publicos do Brazil, capital cujo destino não terá aplicação... e ha no Rio de Janeiro milhares de portuguezes miseraveis que apellarão em vão para um auxílio...».

E mais adiante:

«A miséria, entre os portuguezes desvalidos continua e tende a augmentar, e a vaidade dos senhores da colónia fica satisfeita com o prazer de amontoar riquezas nos cofres d'uma instituição fadada para mais belos destinos.»

Contestando os envios para Portugal de alguns emigrantes pobres interrogava-se ainda:

«Qual é o destino que aguarda em Portugal o protegido da Caixa, pobre e cheio de molestias incuraveis?»

A miseria somente, não considerando ainda que estas “deportações por amor de Deus” augmentam, complicam e introduzem em Portugal molestias n'uma população que as desconhecia,....»

No entanto, este mesmo jornal, não deixará, poucos dias depois (16 de Janeiro), de apelar para a mesma instituição, num claro reconhecimento da sua meritória acção que é aliás apontada em vários outros documentos. Assim o articulista pede à Caixa «que exerça a humanitária e patriótica missão de accomodar tantos desgraçados que mais por desvalimento que por indole, arrastam pelas ruas d'esta côrte uma verdadeira existencia de vadiagem e desmoralisação.»

¹² CRUZ, Maria Antonieta — *Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil — Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX*, Revista de História, INIC, Porto, vol. VII, 1986-87.

pela fortuna tendem a ser socialmente «invisíveis»¹³. Pensamos porém que os jornais aqui estudados trazem até nós essa outra face da emigração, perpetuando nas suas páginas as agruras daqueles para quem o sonho de sucesso se transformou em fruto amargo pleno de fome, maus tratos, penúria, opressão, doença, prostituição, criminalidade, mendicidade e morte.

¹³ TRINDADE, Maria Beatriz Rocha — Reflexos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXII (90), 1986, pp. 146.